



Fórum de Direito Urbano e Ambiental - FDUA Belo Horizonte, ano 13, n. 73, jan./fev. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Federalismo cooperativo e proteção ao meio ambiente – Um estudo sob a ótica da Lei Complementar nº 140/2011
Ademar Borges de Sousa Filho
- ◆ A nova orientação do Supremo Tribunal Federal quanto à responsabilização pelos danos ambientais das pessoas jurídicas
Eduardo Henrique Puglia Pompeu
- ◆ Protocolo de Nagoya e legislações nacionais – Uma análise dos países megadiversos
Karen Alvarenga Windham-Bellord, Marina Gropen Couto
- ◆ Reconceitualização do desenvolvimento – Uma busca pela gestão compartilhada do meio e da melhoria da capacidade de todos
Larissa de Oliveira Santiago Araújo
- ◆ Uma análise sobre o Princípio nº 15 da Declaração de Estocolmo – Abordagem da sua incorporação pelos diplomas nacionais e internacionais e sua aplicação prática
Lucas Azevedo de Lima, Simone Amália Calili
- ◆ A responsabilidade civil ambiental e a responsabilidade criminal ambiental – Congruências e divergências
Mariana Aparecida Adalberto de Carvalho

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
Ação civil pública – Exploração de recursos energéticos em área indígena – UHE Belo Monte – Descumprimento de condicionantes estipuladas na Licença Prévia nº 342/2010 – Emissão de Licença Parcial de Instalação nº 770/2011, posteriormente, sucedida pela Licença de Instalação nº 795/2011 – Autorização de Supressão de Vegetação nº 501/2011 – Agressão aos princípios de ordem pública da impessoalidade, da moralidade ambiental (CF, art. 37, *caput*), da precaução, da prevenção, da proibição do retrocesso ecológico e do desenvolvimento sustentável (CF, arts. 170, incisos I e VI, e 225, *caput*)
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
Ação civil pública ambiental – Rancho de lazer construído em área de preservação permanente (margem esquerda do Rio Paraná, a 1,50 metros do curso d'água), em gleba loteada clandestinamente – Respeito a posturas protetivas do meio ambiente

editadas pelas autoridades competentes: obrigação propter rem – Mantida a condenação à reparação do dano ambiental: demolição necessária para a recomposição florestal (Mata Atlântica)

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Unidade de conservação – Estação Ecológica de Carijós – Decreto nº 94.656/87 – Ocupação irregular por particulares – Omissão do órgão ambiental – Regime das construções e edificações feitas pelos particulares – Medidas para implementar e consolidar a unidade de conservação – Responsabilidade e omissão do Ibama – Condenação dos réus – Elaboração de plano de ação e fiscalização na área

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Remessa *ex officio* em ação popular (art. 19 da Lei nº 4.717/65) – Processo administrativo de demarcação de terrenos de marinha – Suposto beneficiamento de particulares com o apossamento de terras públicas sujeitas a usos, ambientalmente, degradantes – Atos ditos ilegais e lesivos ao patrimônio público, à moralidade administrativa e ao meio ambiente – Conexão com ação civil pública – Incorreção da extinção do feito popular – Hipótese de reunião das demandas para julgamento simultâneo – Técnica de inviabilização de resoluções conflitantes

Ementário

- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Área de Preservação Permanente
- ◆ Crime Ambiental
- ◆ Dano Ambiental
- ◆ Infração Ambiental
- ◆ Licenciamento Ambiental

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Tendências Jurisprudenciais

Legislação

Informativo de Legislação

- ◆ Informativo de Legislação